



Caminhando sobre duas pernas: o socialismo da modernização chinesa



Dossiê nº 104

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social

Setembro de 2026

As artes desse dossiê foram produzidas pelo Instituto Tricontinental de Pesquisa Social.

Caminhando sobre duas pernas: o socialismo da modernização chinesa



Dossiê nº 104 | Instituto Tricontinental de Pesquisa Social
Setembro de 2026

O socialismo é o caminho que o povo chinês escolheu para entrar na modernidade. Como o Presidente Xi Jinping afirmou no 20º Congresso do Partido Comunista da China, “a modernização chinesa é uma modernização socialista buscada sob a liderança do Partido Comunista da China” (Wenhua Zongheng, 2025). Na China, “modernização” (现代化) é entendida em oposição dialética ao “século de humilhação” (百年国耻), o período de subjugação imperialista que se estendeu da Primeira Guerra do Ópio (1839-1842) até a vitória da Revolução Chinesa em 1949. A modernização chinesa se refere a um processo histórico progressivo enraizado nas condições particulares da China e direcionado ao socialismo. A concepção chinesa de modernização tem, portanto, uma genealogia distinta daquela da teoria clássica da modernização, que entende o desenvolvimento como uma transição linear da sociedade “tradicional” em direção às instituições econômicas, políticas e sociais do Ocidente capitalista industrializado.¹ A formulação de Xi torna essa orientação socialista explícita. É essa compreensão da modernização chinesa como um processo histórico socialista que está no cerne deste dossiê.

O capitalismo chegou à China não na forma de indústria moderna, mas por meio do ópio, canhoneiras e tratados desiguais que anunciaram um século de humilhação. O capitalismo — como imperialismo — não socializou a produção e o trabalho em toda a China em escala nacional. Em vez disso, destruiu e atomizou a sociedade chinesa, sustentando a classe latifundiária, senhores da guerra e

1 O texto clássico é de Rostow, 1960. A melhor crítica contemporânea do livro é de Baran & Hobsbawm, 1961.

elites compradoras ligadas ao capital estrangeiro. A tarefa histórica da Revolução Chinesa foi superar essa humilhação e criar um movimento em direção à razão científica e à dignidade humana que rejeitasse a subordinação política e a polarização social associadas ao capitalismo. Chamamos esse movimento de socialismo. Mas como o socialismo poderia ser construído em um país pobre?

Na época da revolução, a China era um dos países mais pobres do planeta. Apenas dez países tinham um PIB *per capita* menor (Prashad & Ross, 2021). Não havia como construir uma sociedade sem classes, a não ser socializando a pobreza. Mas isso não era uma solução quando a indústria moderna era necessária para proporcionar uma vida digna e para construir a capacidade material e tecnológica necessária para defender a soberania nacional contra a guerra, o bloqueio e as sanções. Os comunistas da China tinham, portanto, a dupla tarefa de transformar as relações sociais e desenvolver as forças produtivas — as duas pernas do caminho revolucionário da China rumo à modernização socialista. A Revolução Chinesa teve que avançar com ambas as pernas, com a ênfase mudando entre a transformação social e o desenvolvimento tecnológico em diferentes momentos históricos.

A Revolução Chinesa é uma das grandes transformações da era moderna. Em menos de um século, a China passou da humilhação da dominação semicolonial e da pobreza de massa semifeudal para se tornar uma das principais forças que moldam o mundo contemporâneo. Essa transformação não surgiu das operações espontâneas do mercado, da benevolência da classe capitalista ou da orientação de potências estrangeiras. Ela veio de um processo revolucionário

prolongado liderado pelo Partido Comunista da China (PCCh) e enraizado nas lutas de trabalhadores e camponeses (Chak & Prashad, 2024). A modernização chinesa se desenrolou por meio de passos históricos distintos, cada um respondendo às contradições herdadas do estágio anterior e tentando avançar as condições materiais e sociais do povo chinês.

Houve três passos principais na modernização socialista da China desde 1949. O primeiro, o período da revolução e construção socialista de 1949 a 1978, concentrou-se em estabelecer as bases em um país empobrecido e instável para que as forças produtivas pudessem se desenvolver e a soberania nacional pudesse ser assegurada. O segundo, o período de reforma e abertura de 1978 a 2013, concentrou-se na rápida industrialização, no avanço tecnológico e na criação de riqueza social. O terceiro, a nova era inaugurada sob a liderança do Presidente Xi Jinping em 2013, buscou colocar a prosperidade comum e o desenvolvimento de alta qualidade no centro da construção socialista. Esses passos não estão isolados uns dos outros — eles formam um processo histórico contínuo moldado pela lógica da modernização socialista (Longway Foundation, 2023).





Passo 1: Revolução, estabilidade e as bases do desenvolvimento (1949-1978)

Quando a República Popular da China foi fundada em 1949, o país estava entre os mais pobres do mundo. Mais de um século de turbulência devastou o tecido social e institucional chinês. Isso incluiu intervenção imperialista, as Guerras do Ópio e o vício generalizado em ópio, tratados desiguais, o caudilhismo, a invasão e ocupação japonesa da China de 1931 a 1945 e a guerra civil. A indústria moderna era subdesenvolvida, a agricultura era atrasada, a infraestrutura estava destruída, as taxas de alfabetização eram extremamente baixas e a expectativa de vida girava em torno de 35 anos (World Bank, 2024). A China enfrentava não apenas o subdesenvolvimento econômico, mas também a fragmentação política e o caos social. A primeira tarefa da revolução foi a sobrevivência e a estabilização. O governo revolucionário teve que consolidar a soberania nacional, dismantelar as estruturas feudais e as redes compradoras que ligavam as elites domésticas ao capital estrangeiro, e criar a base institucional para o desenvolvimento de longo prazo. Sem esse passo inicial, nenhuma modernização posterior teria sido possível.

Uma das primeiras conquistas do novo governo foi a reforma agrária. Em 1953, quase 47 milhões de hectares haviam sido confiscados da classe latifundiária, também requisitando terras de camponeses ricos. Embora constituíssem classes rurais distintas, os latifundiários e os camponeses ricos juntos representavam menos de 10% da população rural, mas controlavam entre 70 e 80% das terras 70-80% das terras aráveis (Rong et al., 2005). A terra foi redistribuída para

aproximadamente 300 milhões de camponeses sem-terra ou com pouca terra, totalizando uma redistribuição de terras quase universal entre os pobres rurais. Isso transformou o campo e quebrou o poder das elites feudais que haviam dominado a China rural por séculos. A reforma agrária não foi apenas uma política econômica; foi uma revolução social que deu aos camponeses dignidade e agência política. Na linguagem da própria revolução, foi um processo de *fanshen* (翻身): “dar a volta por cima” ou “virar o corpo”. A primeira grande conquista da revolução foi, portanto, medida não apenas em hectares redistribuídos, mas na “virada” de centenas de milhões de camponeses, que se tornaram participantes ativos no desenvolvimento nacional (Hinton, 1966). Essa compreensão do desenvolvimento como redistribuição material e transformação humana definiu a modernização chinesa desde então.

Juntamente com a redistribuição de terras, o governo agiu para estabilizar a economia sobre novas bases. Por meio do controle público de mercadorias essenciais e da eliminação de rentistas feudais, o governo rompeu as redes especulativas que haviam provocado um dos episódios mais graves de hiperinflação na era moderna. Em abril de 1949, a inflação mensal ultrapassou 5.000%. O renminbi, emitido pela primeira vez em dezembro de 1948, substituiu gradualmente as múltiplas moedas que circulavam na época. No início da década de 1950, o governo havia estabelecido um sistema monetário nacional estável e unificado (Burdekin & Whited, 2005). Essa ação estabilizou os preços e facilitou as trocas em todo o país, criando as condições para uma vida econômica produtiva. O governo também tomou a medida radical de repudiar as dívidas ilegítimas que regimes anteriores haviam acumulado por meio de mais de 700 empréstimos

estrangeiros contraídos entre 1852 e 1949 (Rucheng, 2024). Todas essas iniciativas ajudaram a limpar o passado da sociedade chinesa e liberaram os recursos necessários para o desenvolvimento futuro.

O novo Estado chinês também lançou campanhas de alfabetização em massa e de saúde pública. Antes de 1949, o analfabetismo era generalizado e os serviços médicos eram inacessíveis para a maioria das pessoas. Por meio de grandes mobilizações, reformas na língua escrita chinesa e a rápida expansão da infraestrutura educacional rural — incluindo 182.960 salas de leitura rurais até 1956 — a taxa de alfabetização saltou de menos de 20% para 57%, entre 1949 e 1959 (Instituto Tricontinental, 2025). Enquanto isso, o programa de “médicos de pés descalços” — que inspirou diretamente a Declaração de Alma-Ata da Organização Mundial da Saúde de 1978 sobre cuidados de saúde primários — estendeu a assistência médica básica às aldeias rurais, reduzindo drasticamente a mortalidade infantil e a incidência de doenças infecciosas. A expectativa de vida aumentou de cerca de 35 anos, em 1949, para mais de 63 anos em 1978, como mostram os dados do Banco Mundial. Esse aumento na expectativa de vida, por si só, representa uma das maiores melhorias no bem-estar humano na história moderna. Em 1978, a China tinha uma população mais saudável e mais bem educada do que outros países com níveis de renda comparáveis – uma base importante para o rápido desenvolvimento que se seguiu.

A industrialização estava no centro do Primeiro Plano Quinquenal (1953-1957). Apoiada parcialmente pela assistência técnica da União Soviética, a China começou a estabelecer uma base industrial pesada por meio do programa conhecido como os 156 Projetos,

que cobria setores como carvão, aço, energia e maquinário, realizado por empresas estatais. Embora a China permanecesse pobre, esses projetos criaram a base industrial necessária tanto para o desenvolvimento futuro quanto para a defesa nacional ao fornecer os materiais, o maquinário e a energia necessários para equipar e sustentar suas forças armadas. Durante esse período, a China expandiu sua capacidade de produção de ferro e aço; ao longo do Primeiro Plano Quinquenal, a produção de aço quadruplicou de 1,3 para 5,2 milhões de toneladas. O país também construiu suas primeiras fábricas de automóveis e tratores e desenvolveu grandes instalações hidrelétricas e termelétricas (Giorcelli & Li, 2022). Juntos, esses esforços estabeleceram uma base industrial e de infraestrutura nacional integrada, incluindo pontes sobre o Rio Yangtzé e a restauração e expansão de ligações ferroviárias para partes remotas do noroeste da China. Novas zonas industriais foram construídas deliberadamente no interior, em vez de nos portos costeiros dos tratados da era colonial. O planejamento socialista permitiu a mobilização de recursos escassos para prioridades nacionais, ao invés do lucro privado (Adler, 1957).

Os críticos frequentemente se concentram apenas nas dificuldades e erros desse período, incluindo as consequências do Grande Salto Adiante (1958-1962) e a turbulência associada à Revolução Cultural (1966-1976). Esses eventos, sem dúvida, causaram sofrimento e instabilidade política. No entanto, é historicamente incompleto reduzir todo o período a essas tragédias. O significado mais amplo do primeiro passo reside no fato de que a China emergiu de décadas de humilhação como um Estado soberano e unificado, capaz de se desenvolver de forma independente. O que é notável é que muitos desses avanços foram alcançados sob severas restrições externas e

a constante ameaça de guerra. Em 1951, a Assembleia Geral das Nações Unidas impôs um embargo a bens estratégicos destinados à China e à República Popular Democrática da Coreia (RPDC). Os Estados Unidos reforçaram essas restrições por meio da Lei de Controle de Assistência à Defesa Mútua de 1951, comumente conhecida como Lei Battle. Essas restrições e sanções mais amplas dos EUA, que foram projetadas para causar estragos na economia, continuaram ao longo da década de 1960, limitando o fornecimento de bens essenciais e maquinário, restringindo o ritmo de desenvolvimento e impondo um alto grau de autarquia à economia (Zhang, 2001). Além disso, depois que as forças lideradas pelos EUA invadiram a RPDC e avançaram em direção à fronteira chinesa em outubro de 1950, a China interveio militarmente em apoio à RPDC e em defesa de sua própria segurança nacional. Como consequência dessas ameaças, a China realizou seu primeiro teste nuclear em 1964 para estabelecer um escudo contra ataques de seus inimigos.

A liderança coletiva da primeira geração do PCCh, liderada por Mao Zedong, deve ser compreendida neste contexto histórico. A revolução alcançou o que reformadores anteriores e governos nacionalistas não conseguiram: unificação territorial, independência política, a liquidação das relações feudais e a criação de um Estado comprometido com o bem-estar das massas. O ethos revolucionário promoveu uma cultura de sacrifício coletivo e propósito nacional. Até mesmo economistas do desenvolvimento ocidentais reconheceram mais tarde que as bases para a ascensão econômica da China foram lançadas durante este período socialista por meio da reforma agrária, industrialização básica, educação e saúde pública (Banco Mundial, 1982). A ênfase na educação universal produziu uma população

disciplinada e cada vez mais qualificada. A industrialização rural e a governança de base ajudaram a criar uma estrutura administrativa descentralizada e responsiva. Quando as reformas econômicas começaram em 1978, a China já possuía um aparato estatal coeso, uma força de trabalho saudável e capacidade industrial básica.



Passo 2: Reforma, crescimento e a criação de riqueza social (1978-2013)

Em 1978, os líderes chineses reconheceram que, embora o país tivesse alcançado soberania e estabilidade, ele permanecia economicamente subdesenvolvido. As forças produtivas ainda eram fracas demais para proporcionar prosperidade à população. Além disso, como muitos recursos eram escassos em relação ao tamanho da população, a China precisava comercializar com o mundo. Durante este período, Deng Xiaoping, o principal arquiteto da reforma e abertura, e outros líderes reformistas iniciaram uma nova etapa de desenvolvimento socialista voltada para acelerar a industrialização, a modernização tecnológica e o crescimento econômico. Este período é frequentemente mal compreendido em relatos ocidentais como um simples abandono do socialismo em favor do capitalismo ou, pior, como a adoção do neoliberalismo (Harvey, 2005). A era da reforma representou uma adaptação da estratégia socialista às condições históricas concretas. O PCCh manteve o controle político enquanto permitia gradualmente que mecanismos de mercado operassem e que o capital privado se acumulasse. Esse processo foi monitorado e mediado por meio das estruturas e instituições do Estado construídas na primeira etapa. O objetivo não era a acumulação privada como um fim em si mesma, mas a rápida expansão das forças produtivas para permitir a erradicação da pobreza (Xiaoping, 1987).

Deng Xiaoping argumentou famosamente que “a pobreza não é socialismo” (Xiaoping, 1987). O Estado revolucionário havia garantido a independência nacional, mas o socialismo também exigia

abundância material. Sem crescimento econômico, a China permaneceria vulnerável e incapaz de melhorar a vida de seu povo. Os resultados dessa estratégia foram extraordinários. Entre 1978 e 2019, a China vivenciou uma das transformações econômicas mais rápidas da história humana. Mais de 765 milhões de pessoas foram retiradas da pobreza (Banco Mundial, 2022). A manufatura se expandiu rapidamente, as cidades se modernizaram e projetos de infraestrutura transformaram a paisagem física do país. Zonas Econômicas Especiais, como Shenzhen, tornaram-se laboratórios para experimentação industrial. Em 1980, Shenzhen era uma pequena cidade pesqueira. Em poucas décadas, tornou-se um centro tecnológico global com indústrias de manufatura avançada. Grandes empresas como Huawei e Tencent foram fundadas lá, e em 2018 seu PIB superou o de Hong Kong – um centro internacional de capital global (South China Morning Post, 2019). Essa transformação refletiu o uso estratégico de capital e tecnologia estrangeiros sob orientação estatal.

Ao longo do período de reformas, o Estado manteve um papel central. Diferentemente das economias neoliberais, em que o capital privado domina o Estado e os mercados incentivam ganhos especulativos de curto prazo, as reformas da China preservaram a propriedade pública em setores estratégicos como bancos, energia, telecomunicações e transporte. Isso permitiu o planejamento de longo prazo e impediu que o capital privado capturasse monopólios naturais e extraísse rendas deles. Em vez disso, o Estado liderou um processo de construção de mercado no qual o capital privado foi direcionado para objetivos politicamente determinados e submetido a intensa pressão competitiva, forçando as empresas a modernizarem

a produção e expandirem a capacidade industrial. O controle sobre o sistema financeiro, particularmente a alocação de crédito, deu ao Estado um mecanismo fundamental para direcionar investimentos. O mercado foi tratado como um instrumento, e não como um princípio absoluto (Jie & Zibin, 2025).

Esse período viu grandes investimentos e avanços na ciência e na tecnologia. Jiang Zemin, ministro da indústria eletrônica de 1983 a 1985 e, posteriormente, presidente de 1993 a 2003, supervisionou desenvolvimentos estratégicos em eletrônica e tecnologia da informação que ajudaram a lançar as bases para avanços posteriores em semicondutores, computação e inteligência artificial (Zemin, 2010). Quando a China ingressou na Organização Mundial do Comércio em 2001, sua base industrial doméstica era dinâmica o suficiente para atrair volumes significativos de capital estrangeiro e seus produtos eram competitivos o suficiente para dominar o mercado mundial. A China já havia começado a transitar da produção intensiva em mão de obra para uma manufatura e inovação cada vez mais avançadas. Trens de alta velocidade, sistemas de energia renovável, infraestrutura de telecomunicações e plataformas digitais desenvolveram-se em larga escala. A China inaugurou sua primeira linha de passageiros totalmente de alta velocidade em 2007 e, até 2012, havia construído mais de 10 mil km de ferrovias de alta velocidade a partir de praticamente nada — a rede mais longa do mundo (Brilliant Maps, 2026). No início do século XXI, a China já não era simplesmente “a fábrica do mundo”, mas uma potência tecnológica emergente.

Ao mesmo tempo, este passo gerou novas contradições. O rápido crescimento produziu desigualdades regionais significativas,

corrupção e disparidades entre áreas urbanas e rurais. Os salários não acompanharam o aumento da produtividade. As regiões costeiras avançaram mais rapidamente que as províncias do interior. A riqueza privada se expandiu e a estratificação social se tornou cada vez mais visível. A degradação ambiental também se tornou uma preocupação séria. No entanto, essas contradições foram cada vez mais reconhecidas pelos próprios líderes chineses. Sob Hu Jintao, secretário-geral do PCCh de 2002 a 2012, o partido começou a responder mais diretamente às contradições produzidas pelo rápido crescimento, incluindo agitação trabalhista, desigualdade regional e degradação ambiental. Os padrões de salário mínimo foram elevados e as proteções trabalhistas fortalecidas nos anos 2000, enquanto os custos ecológicos da rápida industrialização fizeram com que as questões ambientais ganhassem prioridade na agenda política. Essa mudança se refletiu na Perspectiva Científica sobre o Desenvolvimento, introduzida em 2003 e escrita na constituição do PCC em 2007, que pedia um desenvolvimento centrado nas pessoas, abrangente, equilibrado e sustentável (Chen & Luo, 2009).

As conquistas da segunda etapa são inegáveis. A China se tornou a maior economia industrial do mundo, melhorou drasticamente os padrões de vida e construiu as capacidades tecnológicas necessárias para o desenvolvimento soberano. Nenhum outro país alcançou o desenvolvimento em tal escala em um período tão curto. Nem qualquer país conseguiu sustentar taxas de crescimento de dois dígitos sem, por fim, entrar em uma recessão paralisante. Importante destacar que a China evitou o destino experimentado por muitas sociedades pós-socialistas após o colapso da União Soviética. Em vez de se envolver em terapia de choque, desmantelar o Estado e se render

à privatização oligárquica, a China manteve o papel de liderança do PCCh e preservou a propriedade pública dos setores estratégicos da economia — bancos, energia, telecomunicações e transporte. Essa continuidade permitiu ao país manter a coerência nacional e o planejamento de longo prazo (Weber, 2021). Em última análise, o período de reforma nunca foi apresentado como a forma final do socialismo. Ele foi entendido como um estágio necessário no desenvolvimento da capacidade produtiva.



Passo 3: Prosperidade comum, civilização ecológica e desenvolvimento de alta qualidade (2013-Presente)

Por volta de 2013, a China havia realizado em grande parte as tarefas históricas associadas ao desenvolvimento das forças produtivas. O país possuía infraestrutura avançada, sofisticação tecnológica e riqueza nacional substancial. Novas questões começaram a surgir. Como essa riqueza deve ser distribuída e a qual propósito social o desenvolvimento deve servir? Como as forças produtivas e o imperativo de crescimento podem ser colocados em harmonia com os limites ecológicos? Qual é o lugar e o papel da cultura tradicional da China em um mundo tecnologicamente avançado e atomizado? Qual é o lugar da China em uma ordem mundial em transformação e qual é a sua relação com o Sul Global? Estas não são questões fáceis, e nenhuma tem uma resposta clara. O terceiro passo da modernização chinesa buscou abordá-las.

A igualdade e a prosperidade comum ressurgiram como princípios socialistas centrais sob a liderança de Xi Jinping. Primeiro, o Estado chinês tem enfatizado cada vez mais as dimensões sociais do desenvolvimento em vez de considerar apenas o crescimento. Uma das conquistas mais significativas desta etapa foi a campanha para eliminar a pobreza extrema. Lançada em 2013, a campanha de Auxílio Direcionado à Pobreza (精准扶贫) buscou identificar e abordar os bolsões remanescentes de pobreza extrema que o estágio anterior de desenvolvimento não havia conseguido eliminar. Seus objetivos foram resumidos como “uma renda, dois auxílios e três garantias”:

uma renda mínima, auxílios para alimentação e vestuário adequados, e garantias de educação obrigatória, assistência médica básica e moradia segura. A campanha mobilizou mais de três milhões de quadros do partido ao lado de instituições estatais e governos locais e expandiu a infraestrutura e os serviços públicos em áreas rurais empobrecidas, incluindo o acesso à água potável e eletricidade. Mais de 9,6 milhões de pessoas que viviam em áreas com condições ambientais adversas receberam moradia melhorada, infraestrutura, serviços públicos e acesso a emprego em comunidades de reassentamento. Em fevereiro de 2021, o governo chinês anunciou que havia erradicado a pobreza absoluta de acordo com seu padrão nacional multidimensional (Gabinete de Informação do Conselho de Estado da República Popular da China, 2021). A campanha fez parte de um esforço mais amplo para fortalecer os serviços públicos e a proteção social, incluindo o sistema de previdência. Em vez de depender apenas dos resultados do mercado, o Estado interveio diretamente para melhorar as condições de vida nas comunidades mais pobres, com quadros do partido desempenhando um papel de liderança e demonstrando a capacidade contínua da organização socialista. Isso é um reflexo da concepção de desenvolvimento da China — centrada no bem-estar coletivo.

Em segundo lugar, o conceito de prosperidade comum também implicou medidas para evitar concentrações extremas de riqueza. Começando no final de 2020, o governo chinês intensificou a aplicação de leis antitruste em toda a economia de plataforma, visando abusos de domínio de mercado, acordos exclusivos e fusões e aquisições que não haviam passado pelas revisões governamentais exigidas. Alibaba, Tencent e Bilibili estavam entre as grandes empresas

de tecnologia investigadas ou penalizadas, com o Alibaba recebendo uma multa recorde de 18,2 bilhões de yuans (aproximadamente 2,8 bilhões de dólares) (CGTN, 2021). Essas medidas buscaram restringir a concentração de mercado e submeter o poder das grandes empresas de tecnologia a uma maior regulação pública.

O governo também impôs restrições abrangentes às empresas de tutoria privada para reduzir a desigualdade educacional e o ônus financeiro que tais práticas impõem às famílias (CGTN, 2021). Em resposta ao surgimento de uma potencial bolha imobiliária, a palavra de ordem do presidente Xi Jinping “casas são para morar, não para especular” sinalizou uma mudança em direção a uma maior regulação do mercado imobiliário (Jiping, 2022). O Estado também usou seu controle sobre o sistema financeiro para restringir empréstimos ao setor imobiliário e canalizar crédito para indústrias estratégicas de alta tecnologia – algo que os sistemas capitalistas no Norte Global não conseguiram fazer desde a Terceira Grande Depressão (2007-2008). Essas políticas sinalizam a vontade política e a capacidade de subordinar o capital a objetivos sociais e de desenvolvimento mais amplos.

Essa evolução reflete um importante entendimento teórico. O socialismo não pode ser medido apenas por taxas de crescimento econômico ou conquistas tecnológicas, por mais impressionantes que essas conquistas possam ser. O indicador decisivo é a relação entre o desenvolvimento produtivo e o bem social incorporado no conceito de prosperidade comum. A modernização econômica adquire significado socialista apenas na medida em que expande as capacidades materiais, culturais e democráticas do próprio povo. O

fortalecimento contínuo da educação pública, saúde, infraestrutura, pesquisa científica, planejamento ecológico e renovação cultural representa, portanto, um esforço para garantir que os extraordinários avanços produtivos das décadas anteriores sirvam cada vez mais a objetivos sociais mais amplos.

Em terceiro lugar, a sustentabilidade ambiental se tornou uma prioridade importante. Estágios anteriores da industrialização frequentemente dependiam de práticas ambientalmente destrutivas. De fato, a transferência de indústrias poluentes para a China significou que o país arcou com o peso dos custos ecológicos associados ao consumo no Norte Global. Na etapa atual, no entanto, a China investiu pesadamente em energia renovável e veículos elétricos (VE) e agora é líder global em energia solar e eólica, bem como na produção de VE. Em meados de 2024, a China respondia por dois terços de toda a capacidade solar e eólica em escala de serviços públicos em construção globalmente. Também produziu mais de 10 milhões de VE em 2024 (Yu *et al.*, 2024). A mudança do severo *smog* urbano de uma década atrás – amplamente descrito como um “apocalipse do ar” – em direção ao objetivo de “civilização ecológica” ilustra a escala dessa mudança de política (Kaidong & Junting, 2024). O conceito de “civilização ecológica” e a palavra de ordem de que “águas límpidas e montanhas verdes são tão valiosas quanto montanhas de ouro e prata” foram integrados ao discurso oficial de planejamento como parte da modernização socialista, sinalizando a intenção da China de enfrentar a poluição e as mudanças climáticas (Li, 2020). Esse compromisso assumiu uma forma concreta em esforços de larga escala para reabilitar ambientes devastados pela poluição industrial. Um exemplo é a restauração do Lago Erhai, na província de Yunnan,

por meio da coordenação de residentes, quadros do partido e do governo local e central (Jie & Chak, 2024).

Em quarto lugar, a China buscou ir além da redução da pobreza e diminuir a divisão entre cidade e campo por meio de seu projeto de revitalização rural, como, por exemplo, transferindo tecnologia e recursos para áreas rurais (Xingyu, 2024). Isso representa um retorno ao antigo imperativo marxista e socialista de abolir a distinção entre cidade e campo (Engels, 1935). Também reflete um retorno às raízes revolucionárias do PCCh nas massas rurais que forneceram a espinha dorsal da Revolução Chinesa. A revitalização rural, portanto, não é apenas uma estratégia de redução da pobreza, mas uma tentativa de diminuir a divisão urbano-rural e construir formas de desenvolvimento que sejam menos dependentes do consumismo e da atomização social associados à rápida urbanização. Ao fortalecer a infraestrutura rural, os serviços públicos, as indústrias locais e a restauração ecológica, o projeto busca tornar o campo um local de desenvolvimento socialista moderno, em vez de um reservatório de mão de obra deslocada para as cidades.

Durante esta terceira etapa, o papel da China na comunidade internacional também evoluiu. Projetos como a Iniciativa Cinturão e Rota, que começou em 2013, refletem esforços para remodelar o desenvolvimento global por meio de investimentos em infraestrutura e cooperação Sul-Sul. O domínio do país sobre as forças produtivas também o tornou um parceiro essencial na industrialização da África. Por exemplo, a Ferrovia Adis Abeba-Djibuti conecta a Etiópia, um país sem litoral, ao Porto de Djibuti e apoia o comércio regional, enquanto a Ferrovia de Bitola Padrão do Quênia reduziu

significativamente os custos de transporte. Isso contrasta com o histórico do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, cujas políticas perpetuaram o subdesenvolvimento em todo o continente (Wenhua Zongheng, 2023). Embora críticos ocidentais frequentemente interpretem essas iniciativas através das lentes da rivalidade geopolítica, muitos governos na Ásia, África e América Latina veem a China como um parceiro alternativo às estruturas desiguais historicamente dominadas pelas potências ocidentais. A China também propôs três amplas estruturas para a cooperação internacional: a Iniciativa de Desenvolvimento Global, que apoia projetos de desenvolvimento e capacitação; a Iniciativa de Segurança Global, que estabelece princípios e áreas para a segurança cooperativa; e a Iniciativa de Civilização Global, que promove o diálogo e o intercâmbio entre as civilizações. Juntas, elas representam esforços para oferecer uma alternativa à polarização da globalização neoliberal e à hipocrisia da ordem mundial liberal do pós-guerra. O sucesso delas depende de os países participantes do Sul Global moldarem suas prioridades e implementação de acordo com suas próprias necessidades e agendas (Ping, 2025).

O significado da experiência da China para o Sul Global não reside na sua replicabilidade, mas no que ela revela sobre as pré-condições estruturais para o desenvolvimento soberano (Instituto Tricontinental, 2022). O modelo da China pressupõe um Estado unificado com a capacidade de direcionar setores estratégicos, planejar por meio de gerações e subordinar o capital às prioridades nacionais de longo prazo — capacidades que não são técnicas, mas políticas, fundamentadas em uma ruptura revolucionária que remodelou fundamentalmente a relação entre Estado, classe e mercado.

Enquanto outras nações do Sul Global articularam visões comparáveis — como o argumento de Kwame Nkrumah para uma união política africana continental em 1963 — os esforços para implementá-las foram repetidamente frustrados por condições que a China superou em grande parte: soberania fragmentada, dívida externa e condicionalidade, dependência de exportações de *commodities* e setores estratégicos pertencentes e dirigidos por capital estrangeiro. A trajetória da China não oferece um modelo pronto. Isso levanta uma questão: quais transformações políticas e institucionais outros países precisariam para exercer um controle estratégico semelhante sobre seu próprio desenvolvimento?

Igualmente significativa tem sido a determinação da China em alcançar a autossuficiência tecnológica em um momento em que os Estados Unidos e seus aliados intensificaram as tentativas de conter seu desenvolvimento por meio de controles de exportação, sanções, restrições ao acesso a tecnologias de semicondutores e uma presença militar em expansão por todo o Leste Asiático (Instituto Tricontinental, 2026). Essas medidas apenas reforçaram a convicção do partido de que a soberania científica e tecnológica se tornou inseparável da soberania nacional. O investimento em manufatura avançada, inteligência artificial, energia renovável, aeroespacial, biotecnologia e tecnologias quânticas é, portanto, entendido não simplesmente como política econômica, mas como um componente essencial do desenvolvimento socialista sob condições de pressão hiperimperialista intensificada (Instituto Tricontinental, 2024a, 2024b).

O significado deste terceiro passo reside na sua tentativa de sintetizar a modernização econômica com a ética socialista. A China agora possui uma base produtiva substancial. O desafio é garantir que ela continue transformando as relações sociais e servindo ao bem-estar coletivo, em vez de apenas à acumulação privada. Isso representa um retorno às preocupações socialistas fundamentais sob novas condições históricas.



O caminho a seguir

O socialismo da modernização chinesa não pode ser entendido como uma simples progressão linear. É um processo histórico moldado por condições materiais em mudança e adaptações estratégicas. No entanto, ao longo de suas diferentes etapas, uma continuidade central permanece: a tentativa de coordenar a transformação das relações sociais e o desenvolvimento das forças produtivas a fim de construir uma sociedade socialista.

Karl Marx e Friedrich Engels entenderam o socialismo como um processo histórico, em vez de um modelo pronto a ser imposto de cima para baixo (Marx; Engels, 1998). O progresso de um estágio de desenvolvimento para outro exige enfrentar e resolver contradições, mas este não é um processo mecânico ou economicista. Nem é necessariamente linear: pode compreender um ciclo de avanços exploratórios e recuos táticos. É um processo experimental que exige direção consciente guiada pela teoria, testada na prática contra condições concretas e enraizada nas experiências e lutas de trabalhadores e camponeses (Tuo, 2025).

Ao contrário dos partidos eleitorais convencionais, cuja atividade dentro das democracias burguesas se limita amplamente a disputar eleições ou administrar instituições existentes, o PCCh tem se entendido consistentemente como o organizador de um projeto histórico cujo horizonte se estende por gerações. Sua legitimidade se baseou não apenas em seus compromissos ideológicos, mas também em sua capacidade demonstrada de identificar contradições históricas em

mudança e de formular estratégias capazes de resolvê-las de maneiras que melhorem a vida da maioria da população.

Quais serão os próximos passos ainda é algo em aberto. Dentro da modernização chinesa, a democracia substantiva tem sido buscada tanto por meio de melhorias nos padrões de vida quanto por uma governança consultiva e responsiva – o que o PCCh chama de “democracia popular de processo integral”. Este sistema combina democracia eleitoral e consultiva e amplia a participação por meio de eleições, consulta, tomada de decisão, gestão e supervisão, inclusive por meio de congressos populares, órgãos consultivos políticos e autogovernança de base. Juntos, esses desenvolvimentos sociais e políticos compõem o processo em direção à meta centenária da China de se tornar um país socialista moderno até 2049 (Hui, 2024; Amin, 2013).

No entanto, o caminho à frente não é ilimitado. Em seu 19º Congresso em 2017, o PCCh estabeleceu um caminho de duas etapas: alcançar a modernização socialista básica até 2035 e transformar a China em um país socialista moderno até o centenário da República Popular em 2049. Este caminho foi reafirmado no 20º Congresso em 2022. A meta intermediária de 2035 não é uma aspiração vaga, mas um programa concreto: elevar substancialmente o PIB *per capita* ao de um país desenvolvido de nível médio (o que seria aproximadamente o dobro do valor atual); fortalecer a autossuficiência e a capacidade em ciência e tecnologia; garantir acesso equitativo a serviços públicos básicos; e assegurar que as emissões de carbono diminuam de forma constante (Jinping, 2017, 2022).

O 15º Plano Quinquenal (2026-2030), adotado pelo Congresso Nacional do Povo em 12 de março de 2026, é o primeiro dos dois planos quinquenais restantes que levam à meta de 2035. O PCCh descreveu o período de 2026-2030 como um “elo crucial” no caminho para alcançar a modernização socialista básica até 2035 (Green; Park, 2026). O plano marca uma mudança dialética do desenvolvimento extensivo para o intensivo — do crescimento impulsionado principalmente pela expansão de insumos para o crescimento impulsionado cada vez mais pela produtividade, inovação e eficiência. Durante grande parte da era de reformas, o crescimento extraordinário da China foi impulsionado pelo acúmulo de insumos: uma grande oferta de mão de obra de custo relativamente baixo movendo-se do campo para a indústria; investimento fixo em larga escala em infraestrutura e capacidade manufatureira; e aprofundamento da integração nos mercados globais de exportação. Esse modelo, que tirou centenas de milhões da pobreza e construiu a base material da China contemporânea, atingiu seus limites históricos. Os custos trabalhistas aumentaram, muitas das principais redes de infraestrutura do país estão agora substancialmente desenvolvidas, e o acesso a algumas tecnologias e mercados foi deliberadamente restringido por meio de controles liderados pelos EUA e pelo desacoplamento da cadeia de suprimentos. O 15º Plano Quinquenal registra essa transição estruturalmente. A meta principal de crescimento foi reduzida para 4,5-5% ao ano — abaixo de 5% pela primeira vez desde 1991 — enquanto os gastos com pesquisa e desenvolvimento têm a obrigatoriedade de crescer mais de 7% ao ano. O sinal é explícito: o volume de produção não é mais a única medida de desenvolvimento; sua qualidade e conteúdo tecnológico também são cruciais. O fato de que essa meta de crescimento mais baixa representa uma escolha

estratégica, e não um fracasso econômico, é, por si só, historicamente significativo. Nenhum grande país em desenvolvimento subordinou voluntariamente as metas de crescimento do PIB a métricas de qualidade nessa escala.

A estrutura teórica central para essa transição é o conceito de “novas forças produtivas de qualidade”, articulado pela primeira vez por Xi Jinping durante uma visita de inspeção à província de Heilongjiang em setembro de 2023. Ele foi estabelecido como uma prioridade política importante durante as “duas sessões” anuais da China em março de 2024 (as reuniões do Congresso Nacional do Povo, a legislatura nacional, e da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês — o mais alto órgão consultivo político do país). Aplicando uma ênfase qualitativa à categoria de forças produtivas de Marx, o conceito se refere a uma produtividade avançada livre de padrões de crescimento tradicionais e caracterizada por alta tecnologia, alta eficiência e alta qualidade. Na prática, isso significa fomentar uma nova geração de indústrias estratégicas — inteligência artificial, biotecnologia, manufatura avançada, novos materiais, tecnologia quântica, energia de hidrogênio e aeroespacial — enquanto, simultaneamente, moderniza indústrias tradicionais por meio da digitalização e da transformação verde. Sob o 15º Plano Quinquenal, a meta é que a participação da economia digital no PIB suba de 10,5% em 2025 para 12,5% até 2030, enquanto a capacidade de produção de grãos deve atingir aproximadamente 725 milhões de toneladas, a capacidade de produção de energia abrangente deve aumentar em 13% e a participação da energia não fóssil no consumo deve subir de 21,7% para 25% (República Popular da China, Congresso Nacional do Povo, 2026).

Uma reversão dialética crucial está em curso na resposta da China à contenção tecnológica liderada pelos EUA. Os controles de exportação, as restrições a semicondutores e as pressões na cadeia de suprimentos que Washington impôs desde 2018 e endureceu em 2025 foram projetados para deter o avanço tecnológico da China. No entanto, o efeito foi o oposto: ao fechar o acesso à tecnologia estrangeira na fronteira, os Estados Unidos obrigaram a China a investir com extraordinária urgência justamente nas capacidades que tentaram negar ao país. A meta do 15º Plano Quinquenal de pelo menos 7% de crescimento médio anual nos gastos com P&D e sua ênfase em alcançar avanços em semicondutores, software industrial e materiais avançados podem, portanto, ser entendidos em parte como uma resposta produtiva doméstica à contenção externa. A pressão externa foi internalizada como um motor de autossuficiência, transformando um obstáculo em um acelerador.

Ao mesmo tempo, o plano tenta resolver uma contradição estrutural que se acumulou ao longo da era de reformas: a desproporção entre a extraordinária capacidade produtiva da China e a relativa fraqueza do consumo doméstico como motor de crescimento. A estratégia de “dupla circulação”, proposta pela primeira vez em 2020 e incorporada ao 14º Plano Quinquenal (2021-2025), toma o mercado interno como o pilar da economia, ao mesmo tempo que busca garantir que a circulação nacional e a internacional se reforcem mutuamente. Esse não é meramente um ajuste técnico. Ele reorienta a relação entre produção e reprodução social — as condições e serviços que sustentam os trabalhadores e as famílias — bem como a relação entre a economia nacional e o mercado mundial. Enquanto o modelo liderado pelas exportações da segunda etapa exigia que

a China se inserisse na divisão global do trabalho em termos parcialmente definidos externamente, o modelo de dupla circulação busca tornar a demanda interna o principal motor do crescimento econômico. Salários crescentes, serviços públicos expandidos e uma camada de renda média mais ampla são condições tanto para uma demanda interna mais forte quanto para a prosperidade comum. Dessa forma, a estratégia vincula as dimensões distributiva e macroeconômica do desenvolvimento socialista.



Em um momento em que grande parte do Sul Global busca novos caminhos de industrialização, desenvolvimento tecnológico e soberania econômica, a experiência da China reabriu questões que muitos acreditavam estarem resolvidas para sempre após a destruição da União Soviética (Instituto Tricontinental, 2026a). Ela mostrou que o planejamento continua sendo possível, o investimento público pode transformar sociedades, a liderança tecnológica não precisa permanecer como monopólio do Norte Global e o futuro não precisa pertencer exclusivamente ao capital financeiro (Instituto Tricontinental, 2026b).

A modernização chinesa representa um caminho distinto na história mundial. Ela rejeita tanto a dependência colonial quanto a ortodoxia neoliberal. É um projeto socialista que caminha com as duas pernas: transformando as relações sociais e desenvolvendo as forças

produtivas. Esse projeto progrediu progrediu em diferentes diferentes etapas históricas, mantendo o objetivo central da soberania nacional e da dignidade humana. Quaisquer que sejam as contradições que permaneçam, a Revolução Chinesa permanece como um dos processos emancipatórios mais consequentes da era moderna.



Referências bibliográficas

- Adler, Solomon. *The Chinese Economy*. London: Routledge & Kegan Paul, 1957.
- Amin, Samir. "China 2013". *Monthly Review* 64, n. 10, mar. 2013.
- Baran, Paul; Hobsbawm, Eric. "The Stages of Economic Growth". *Kyklos*, v. 14, n. 2, 1961.
- Brilliant Maps. "The Insane Growth of China's High-Speed Rail Network Between 2008 & 2024". 2 mar. 2026. Disponível em: <https://brilliantmaps.com/high-speed-rail-china/>.
- Burdekin, Richard C.K.; Whited, Hsin-hui I.H. "Exporting Hyperinflation: The Long Arm of Chiang Kai-shek", *China Economic Review* 16, n. 1, 2005, p. 71–89. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.chieco.2004.09.001>.
- Chak, Tings; Prashad, Vijay. "Seventy-Five Years of the Chinese Revolution". *MRonline*, 1 out. 2024. Disponível em: <https://mronline.org/2024/10/01/seventy-five-years-of-the-chinese-revolution/>.
- Chelwa, Grieve. "China and Africa's Attempts at Industrialisation". *Wenhua Zongheng* 1, n. 3, 2 out. 2023. Disponível em: <https://thetricontinental.org/asia/wenhua-zongheng-2023-3-editorial-china-africa-industrialisation/>.
- CGTN. "After-School Tutoring Firms Face Business Remodelling Following Regulatory Storm", 7 ago. 2021. Disponível em: <https://news.cgtn.com/news/2021-08-07/After-school-tutoring-firms-face-strategic-remodeling-amid-regulation-12wwWRCFkQw/index.html>.
- CGTN. "China's Antitrust Regulator Fines Tencent, Alibaba, Bilibili", 10 abr. 2021. Disponível em: <https://news.cgtn.com/news/2021-04-10/Alibaba-Group-fined-for-abusing-dominant-market-position-Z15n0MdXdm/index.html>.
- Chen, Xueming; Luo, Qian. "The Scientific Outlook on Development and Changes in the Mode of Human Existence", *Social Sciences in China* 30, n. 1, 2009, p. 54–67. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/02529200802703896>.
- Engels, Friedrich. *The Housing Question*. International Publishers, 1935.
- Giorcelli, Michela; Li, Bo. "Technology Transfer and Early Industrial Development: The Case of the Sino-Soviet Alliance", *CEPR*, 9 jan. 2022. Disponível em: <https://cepr.org/voxeu/columns/technology-transfer-and-early-industrial-development-case-sino-soviet-alliance>.
- Green, Erik; Park, Olivia. "China's 15th Five-Year Plan", International Institute for Strategic Studies, mar. 2026. Disponível em: <https://www.iiss.org/online-analysis/online-analysis/2026/03/chinas-15th-five-year-plan/>

Harvey, David. *A Brief History of Neoliberalism*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

Hinton, William. *Fanshen: A Documentary of Revolution in a Chinese Village*. New York: Monthly Review Press, 1966.

Hui, Wang. O século XX, o Sul Global e a posição histórica da China. Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, dossiê n. 81, 22 out. 2024. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/dossie-seculo-xx-sul-global-posicao-historica-da-china/>

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. “As relações entre a China e a África na era da Nova Rota da Seda”. *Wenhua Zongheng* 1, n. 3, 2 out. 2023. Disponível em: <https://thetricontinental.org/wenhua-zongheng-2023-3-china-africa-relations-belt-and-road-era>.

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. “A formulação de uma nova teoria do desenvolvimento a partir do Sul Global”, *Wenhua Zongheng* 4, n. 1, jun. 2026a. Disponível em: <https://thetricontinental.org/asia/wenhua-zongheng-2026-1-new-theory-from-the-global-south/>.

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social; No Cold War; International Strategy Center; Assembleia Internacional dos Povos. O dilema do Leste Asiático: contradições e possibilidades na Nova Guerra Fria, dossiê n. 101, 2 jun. 2026b. Disponível em: <https://thetricontinental.org/dossier-east-asia-double-bind/>.

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. “Olhando em direção à China”, dossiê n. 51, 11 abr. 2022. Disponível em: <https://thetricontinental.org/dossier-51-china-latin-america-and-multipolarity/>.

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. A agitação da ordem global, dossiê 72, 23 jan. 2024a. Disponível em: <https://thetricontinental.org/dossier-72-the-churning-of-the-global-order/>

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. Hiperimperialismo: um novo estágio decadente perigoso. Estudos em Dilemas Contemporâneos, n. 4, 23 jan. 2024b. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/estudos-sobre-dilemas-contemporaneos-4-hiper-imperialismo/>

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. Servir ao povo: a erradicação da pobreza extrema na China, Estudos Socialismo em Construção n. 1, 23 jul. 2021. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/estudos-1-socialismo-em-construcao/>

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. O futuro, dossiê n. 100, 5 maio 2026c. Disponível em: <https://thetricontinental.org/dossier-the-future/>.

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. A alegria de ler, dossiê n. 85, 11 fev. 2025. Disponível em: <https://thetricontinental.org/dossier-the-joy-of-reading/>.

International Energy Agency, Global EV Outlook 2025. Paris: IEA, 2025. Disponível em: <https://www.iea.org/reports/global-ev-outlook-2025>.

Jie, Meng; Zibin, Zhang. "Industrial Policy with Chinese Characteristics: The Political Economy of China's Intermediary Institutions", *Wenhua Zongheng* 3, n. 1, 27 jun. 2025. Disponível em: <https://thetricontinental.org/asia/wenhua-zongheng-2025-1-industrial-policy-chinese-characteristics/>.

Jie, Xiong; Chak, Tings. "Reviving Erhai Lake: A Socialist Approach to Balancing Human and Ecological Development". *Wenhua Zongheng* 2, n. 2, 17 December 2024. Disponível em: <https://thetricontinental.org/asia/towards-an-ecological-civilisation/>.

Jinping, Xi. 'Hold High the Great Banner of Socialism with Chinese Characteristics and Strive in Unity and Dedication to Build a Modern Socialist Country in All Respects', report to the 20th National Congress of the Communist Party of China, 16 October 2022, International Department of the Communist Party of China. Disponível em: <https://www.idcpc.org.cn/english2023/tjzl/cpcjj/20thPartyCongrressReport/>.

Jinping, Xi. "Making Solid Progress Toward Common Prosperity", Qiushi, 18 April 2022. Disponível em: https://en.qstheory.cn/2022-01/18/c_699346.htm.

Jinping, Xi. 'Secure a Decisive Victory in Building a Moderately Prosperous Society in All Respects and Strive for the Great Success of Socialism with Chinese Characteristics for a New Era', report to the 19th National Congress of the Communist Party of China, 18 October 2017, Xinhua. Disponível em: <http://www.xinhuanet.com/english/download/>

[Xi Jinping's report at 19th CPC National Congress.pdf](#).

Kaidong, Feng; Juntong, Chen. 'A New Machine to Change the World? The Rise of China's New Energy Vehicle Industry and its Global Implications', *Wenhua Zongheng* 2, n. 2, 17 dez. 2024. Disponível em: <https://thetricontinental.org/asia/towards-an-ecological-civilisation/>.

Li, Ju. 'The Chinese Path to an Ecological Civilization', Qiushi, 25 April 2020. Disponível em: https://en.qstheory.cn/2020-05/25/c_494972_2.htm.

Longway Foundation. 'Socialism 3.0: The Practice and Prospects of Socialism in China', *Wenhua Zongheng* 1, n. 2, 27 jun. 2023. Disponível em: <https://thetricontinental.org/asia/wenhua-zongheng-2023-2-socialism-3-in-china/>.

Marx, Karl; Engels, Friedrich. *The German Ideology*: Including Theses on Feuerbach and Introduction to the Critique of Political Economy. Amherst, NY: Prometheus Books, 1998.

People's Republic of China, National People's Congress. Outline of the 15th Five-Year Plan (2026–2030) for National Economic and Social Development of the People's Republic of China, adotado 12 mar. 2026, trad. EUCLERA (Understanding Chinese

Legal Reform 2025–2030). Disponível em: <https://www.wko.at/ktn/ausseiwirtschaft/euclera-translation-15th-five-year-plan-2026-2030-.pdf>.

Ping, Yang. 'The Arrival of Trump 2.0 and the Era of Global Turmoil', *Wenhua Zongheng* 3, n. 2, 12 dez. 2025. Disponível em: <https://thetricontinental.org/asia/wenhua-zongheng-2025-2-editorial-trump-global-turmoil/>.

Prashad, Vijay; Ross, John. 'China Pulls Itself Out of Poverty 100 Years into Its Revolution', *Toward Freedom*, 1 jul. 2021. Disponível em: <https://towardfreedom.org/story/archives/asia-archives/china-pulls-itself-out-of-poverty-100-years-into-its-revolution/>.

Prashad, Vijay, 'Hyper-Imperialism on Hyper-Drive', *Tricontinental: Institute for Social Research*, newsletter n. 3 (2026), 15 jan. 2026. Disponível em: <https://thetricontinental.org/newsletterissue/hyper-imperialism-hyper-drive/>.

Rong, Tan; Huake, Gao; Jie, Cui. "Land Policy and Systematic Transformation in Chinese Rural Areas (1950–1978)", *Canadian Social Science* 1, n. 1, maio 2005, p. 1–21.

Rostow, W. W. *The Stages of Economic Growth. A Non-Communist Manifesto*. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

Rucheng, Mi. *Zhongguo waizhai shi, 1853–1949*. Beijing: China Social Sciences Press, 2024.

South China Morning Post. "Hong Kong Economy Surpassed by Neighbour Shenzhen for First Time in 2018 as China's Hi-Tech Hub Soars". *South China Morning Post*, 28 fev. 2019. Disponível em: <https://www.scmp.com/economy/china-economy/article/2187949/hong-kong-economy-surpassed-neighbour-shenzhen-first-time-2018>.

State Council Information Office of the People's Republic of China. "III. The Strategy of Targeted Poverty Alleviation", *Poverty Alleviation: China's Experience and Contribution*, 6 abr. 2021. Disponível em: http://english.scio.gov.cn/whitepapers/2021-04/06/content_77380652_5.htm.

Tuo, Li. "On the Experimental Nature of Socialism and the Complexity of China's Reform and Opening Up", *Wenhua Zongheng* 3, n. 1, 27 jun. 2025. Disponível em: <https://thetricontinental.org/asia/wenhua-zongheng-2025-1-experimental-nature-socialism-china>.

Weber, Isabella. *How China Escaped Shock Therapy: The Market Reform Debate*. London, New York: Routledge, 2021.

Wenhua Zongheng. 'Chinese Experiments in Socialist Modernisation', *Wenhua Zongheng* 3, n. 1, 27 jun. 2025. Disponível em: <https://thetricontinental.org/wenhua-zongheng-2025-1-chinese-experiments-socialist-modernisation/>.

World Bank. China: Socialist Economic Development, v. 1, report n. 3391-CHA. Washington, D.C.: World Bank, East Asia and Pacific Regional Office, 1 jun. 1981; repr. 10 mar. 1982.

World Bank; Ministry of Finance of the People's Republic of China; Development Research Center of the State Council; China Center for International Knowledge on Development. Four Decades of Poverty Reduction in China: Drivers, Insights for the World, and the Way Ahead. Washington, D.C.: World Bank, 2022. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/e9a5bc3c-718d-57d8-9558-ce325407f737/content>, accessed 11 August 2026.

World Bank. 'Life Expectancy at Birth, Total (Years)', World Development Indicators, indicator SP.DYN.LE00.IN. Washington, D.C.: World Bank, 2024. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SP.DYN.LE00.IN>, accessed 11 August 2026.

Xiaoping, Deng. 'To Uphold Socialism We Must Eliminate Poverty', excerto de conversa com o Primeiro-Ministro tchecoslovaco Lubomír Štrougal, 26 abr. 1987, Marxists Internet Archive. Disponível em: <https://www.marxists.org/reference/archive/deng-xiaoping/1987/133.htm>.

Xiaoping, Deng. "To Uphold Socialism We Must Eliminate Poverty". In: Selected Works of Deng Xiaoping v. III (1982–1992). Beijing: Foreign Language Press, 1987.

Xingyu, Lu. Neoliberalism or Neocollective Rural China. Palgrave Macmillan, 2024.

Xinhua, "Why China's 15th Five-Year Plan Period Is Critical for Its Modernisation Drive", China Daily Asia, 2026. Disponível em: <https://www.chinadailyasia.com/hk/article/623249>.

Yu, Aiqun; Lu, Sophie; O'Malia, Kasandra; Prasad, Shradhey. "China Continues to Lead the World in Wind and Solar, with Twice as Much Capacity Under Construction as the Rest of the World Combined", *Global Energy Monitor*, jul. 2024. Disponível em: <https://globalenergymonitor.org/research/china-continues-lead-world-wind-and-solar-twice-much-capacity-under-construction-rest/>

Zemin, Jiang. On the Development of China's Information Technology Industry. Amsterdam: Academic Press, 2010.

Zhang, Shu Guang. Economic Cold War. America's Embargo against China and the Sino-Soviet Alliance, 1949–1963. Stanford: Woodrow Wilson Center Press & Stanford University Press, 2001.



Atribuição-NãoComercial 4.0
Internacional (CC BY-NC 4.0)

Esta publicação está sob uma licença Creative Commons Attribution-Non-Commercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0). O resumo legível da licença está disponível em <https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>.



Instituto Tricontinental de Pesquisa Social
*é uma instituição internacional, organizada por
movimentos, com foco em estimular o debate intelectual
para o serviço das aspirações do povo.*

www.otricontinental.org

Instituto Tricontinental de Investigación Social
*es una institución promovida por los movimientos,
dedicada a estimular el debate intelectual al servicio de
las aspiraciones del pueblo.*

www.eltricontinental.org

Tricontinental: Institute for Social Research
*is an international, movement-driven institution
focused on stimulating intellectual debate that serves
people's aspirations.*

www.thetricontinental.org